

Quadro Negro

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXIII - Nº 127 - Novembro/2002



CNTE CONTEE



CONTRATO
IMPRESSO ESPECIAL
Nº 4852001
DR/BSB/SINPRO-DF

Esperança: o começo de um novo tempo e os desafios do governo Lula



O medo:

com a vitória do coronelismo no DF,
o Sindicato inicia um plebiscito pela
gestão democrática nas escolas



Foto: Darlan Dorneles

**Assembléia geral dia 30 de novembro, às 9h30,
no anfiteatro do Pavilhão de Exposições, no Parque da Cidade**

Pauta: não-cumprimento do acordo pelo GDF e Campanha Salarial de 2003

Vitória dos trabalhadores

O desafio começa agora

A vitória de Lula na eleição presidencial representa uma opção do povo brasileiro por desenvolvimento econômico, mais empregos, menos violência, melhorias na saúde, na educação, etc. Representa, enfim, a derrota do projeto neoliberal implantado por FHC, Malan e Cia., que jogou o país nas mãos dos agiotas internacionais. Essa derrota é mais importante ainda se levarmos em conta que no primeiro turno os três candidatos de oposição obtiveram cerca de 75% dos votos, ficando o candidato governista com apenas 25% do eleitorado.

O novo governo enfrentará desafios imensos. As dívidas externa e interna consomem bilhões de dólares do orçamento do país: somente de 1995 a 2001 o Brasil amortizou US\$ 206,7 bilhões de sua dívida externa, que, ainda assim, cresceu US\$ 61,6 bilhões no mesmo período. A inflação voltou a ser

uma ameaça, a desvalorização do real é crescente – apesar de temporariamente contida após a vitória de Lula – o contingente de miseráveis e desempregados ultrapassa cinquenta milhões de brasileiros; os investimentos externos vêm caindo sistematicamente; o crédito junto às instituições internacionais de crédito está cada vez menor; os Estados e municípios encontram-se no limite de suas forças para manterem os pagamentos mensais de suas dívidas, etc.

Outro grande desafio do novo governo é a corrupção, há mais de 500 anos enraizada na cultura governista nacional, sempre beneficiando as elites, em detrimento da população.

São muitos os males a serem combatidos, os quais só poderão ser enfrentados com grande apoio popular, total sintonia com as aspirações da sociedade, exigindo experiência de articulação política e liderança, características que sempre marcaram a atuação do trabalha-

dor Lula e que o fazem capaz de mudar o nosso país.

Como trabalhadores, é preciso apoiar as mudanças e lutar pela transformação, mesmo sabendo que “Roma não foi feita em um dia”. Grande parte da mídia e das classes dominantes não se conforma com o resultado das urnas e de tudo fará para atacar e até mesmo tentar desestabilizar o governo recém-eleito.

A nota triste da eleição foi o ocorrido no DF, onde o coronelismo conseguiu se reeleger, às custas de compra de votos, ameaças, mentiras, censura à imprensa e toda a sorte de falcaturas imagináveis. Brasília não está dividida. Brasília optou pela mudança. A vitória do atual Governador só aconteceu devido ao ataque à democracia ocorrido na eleição.



Quem venceu e quem perdeu as eleições no DF?

Ao término da apuração, na noite do dia 27 de outubro, ouviam-se, pela cidade, fogos de artifício e buzinas de carros que, em alta velocidade, transitavam com passageiros pendurados nas janelas a gritar palavras impúblicas. Uma comemoração estranha, agressiva e pouco, muito pouco alegre. Parecia que, mais do que ninguém, sabiam do ocorrido durante o dia. Pareciam saber que a “vitória” tinha um leve sabor de derrota.

Como se alegrar com uma “vitória” conseguida com base na intimidação, na compra de votos, no transporte ilegal de eleitores, na censura à imprensa, na calúnia contra o opositor. Chegaram a insinuar homossexualidade, chegaram a dizer nos vários trios elétricos que o outro candidato “também” estava envolvido em grilagem de terra. Como comemorar, com alegria, uma “vitória” baseada na mentira

e na corrupção? Cabe aqui uma análise sobre o tamanho dessa negociata: quantos votos foram comprados?

Vejamos quem vendeu seu voto:

1) os donos de lotes em condomínios irregulares venderam seu voto em troca de uma possível regularização do ilegal;

2) os perueiros das Vans votaram em troca da continuidade da pirataria;

3) os invasores pobres e ricos para “ganhar” lotes;

4) uns coitados que, por leite e pão, sacrificaram a cidadania por medo de perder esmolas;

5) a “Polícia Cervil” que perdeu os últimos resquícios de respeito da população, votou para garantir seu “soldo” e intimidou descaradamente os eleitores;

6) o servidor público comissionado, que absolutamente não serve ao público e sim a seus interesses de pedintes...

7) os outros tantos coitados que votaram por medo de perder os benefícios sociais;

8) os diretores e as diretoras de escola que trabalharam como “administradores dos locais de votação”, intimidaram servidores e pais de alunos nas bocas de urna;

9) os empresários inescrupulosos que fazem negócios inescrupulosos com o inescrupuloso governo para não perder essa “boquinha”;

10) não podemos nos esquecer dos vários pastores que declararam seu voto naquele que prometeu mais para sua igreja (que vergonha! Enganar os fiéis por vantagens pessoais);

Alguém conhece alguém que votou no atual governo por ideologia? Ou por confiar na honestidade e no caráter do candidato? ... Alguém conhece alguém que votou porque o candidato, além de honesto, está super bem acompanhado por

políticos como Arruda, Tatico, Pedro Passos, Odilon, Gim e outros “bons” cidadãos desta cidade?

Aliás, vergonha é a palavra... alguém se lembra de outra mais apropriada?... Poderíamos citar bandalheira, ou, talvez, descaramento, ou quem sabe, egoísmo... Acho que vergonha sintetiza tudo.

Cabe uma última pergunta: devemos nos orgulhar do caráter democrático dessas eleições? Quem venceu as eleições no DF? Foram a honradez, a honestidade e a democracia? Ou foram a bandalheira, a corrupção e a vergonha?

E a Justiça? Cadê a Justiça?

No Brasil, a esperança venceu o medo. Aqui em Brasília, o medo venceu a Frente Brasília Esperança.

Raimundinho, diretor do Sinpro-DF

Campanha salarial de 2003

Em defesa da escola/educação pública

Iniciaremos nossa campanha salarial de 2003 na assembléia geral do próximo dia 30 de novembro, às 9h30, no anfiteatro do Pavilhão de Exposições, no Parque da Cidade. Palavras-chaves de nossa luta: **salário, democracia, saúde, união e moradia.**

Na assembléia, iniciaremos a discussão da pauta de reivindicações, entre outros pontos. Apresentaremos uma pré-pauta aos professores presentes, os quais deverão levá-la às escolas, para discussão com os professores.

No dia 14 de dezembro, a partir das 9h, acontecerá no auditório do Sindicato, no SCS, **seminário** para continuar a discussão sobre as reivindicações da campanha salarial, quando teremos colhido junto aos professores as propostas que a categoria pretende ver na pauta definitiva, a ser entregue ao governo, para negociação.

Na assembléia lançaremos, ainda, a Campanha **'Diretas Já pela Gestão Democrática'** nas escolas, com ampla divulgação e mo-

bilização da sociedade, utilizando a mídia e um plebiscito para colher a opinião sobre a democracia nas escolas.

O plebiscito acontecerá em todas as escolas públicas e as urnas serão colocadas nos pontos de grande movimentação popular, nos dias **12, 13 e 14 de dezembro.** Convidamos todos os(as) professores(as), auxiliares de ensino, grêmios estudantis para colaborar com a mobilização e a organização do plebiscito, propiciando ampla participação popular.

Na primeira quinzena de dezembro será elaborado mais um número do jornal **Sinpro cidadão**, para ser entregue aos alunos e a seus pais, com a análise do autoritarismo que impera nas escolas, mostrando as vantagens da escola em que as direções são eleitas democraticamente.

Abrace essa luta! Vamos vencer o autoritarismos e a incompetência das direções indicadas por Roriz e Eurides Brito!

Calendário de mobilização e luta para a Campanha Salarial de 2003

Data	Atividade
30 de novembro - 9h30	Assembléia geral no Pavilhão do Parque, Campanha Salarial 2003.
3 de dezembro - 9h	Ato Público pelo pagamento das pendências financeiras, anexo do Buriti.
7 de dezembro - 9h30	Assembléia geral para eleição de delegados ao Fórum Mundial de Educação, no auditório do Sinpro, SCS.
11 de dezembro, a partir das 8h	Seminário: A formação do Pedagogo. Auditório 2 Candangos-FE/UnB
11 de dezembro, 16h	Confraternização Natalina dos Professores Aposentados Sindicalizados - no Clube da CEF - APCEF
12, 13 e 14 de dezembro, dia e noite	Plebiscito pela gestão democrática - Diretas já. Votação nas escolas e locais de concentração popular.
14 de dezembro - 9h	Seminário - delegados sindicais e representantes por escola - retirada da pauta de reivindicações para a Campanha Salarial de 2003 - auditório do Sinpro, SCS.
21 de dezembro - 9h30	Assembléia geral para a Previsão Orçamentária de 2003, auditório do Sinpro, SCS.

Pendências financeiras

Mais um calote do GDF nos professores

Para denunciar à sociedade mais um acordo não-cumprido pelo governo que deixou de pagar os débitos devidos aos professores, vamos realizar um grande **ato público no próximo dia 3 de dezembro**, pelo pagamento das pendências financeiras. Entre os pontos do acordo que pôs fim à greve de março/abril, estava a apresentação de calendário para pagamento, até o final deste ano, dos débitos que o governo Roriz tem com os professores. Outro acordo firmado e não-cumprido.

Vale lembrar que, segundo levantamento do próprio governo, a dívida com os professores ultrapassa vinte milhões de reais. É muito dinheiro subtraído, há muitos anos, dos nossos salários, provocando enormes transtornos a nossa sobrevivên-

cia, diante da realidade dos salários miseráveis que recebemos.

É importante listar os diversos tipos de erros de pagamentos cometidos pela SEEDF: acertos de aposentadorias, mudanças de nível e padrão no plano de carreira, diferença de vinte para trinta por cento da GRC, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2001, dias de paralisação repostos pelos professores, etc.

Para denunciar, à sociedade, a intenção do governo Roriz de dar calote e para exigir o imediato pagamento dessa dívida, convidamos todos os(as) professores(as) prejudicados(as) para participar desse ato público, no dia 3 de dezembro, às 9 horas, em frente ao Anexo do Buriti. Compareçam!

E o anteprojeto do plano de carreira?

A reestruturação do nosso plano de carreira foi a luta mais importante deste ano. A esperança de melhorar os salários e, conseqüentemente, nossa qualidade de vida residia na concretização de um plano justo, adequado à realidade, que incentivasse a permanência na carreira do magistério público, que valorizasse o professor e que promovesse a isonomia com as outras categorias do DF, que tiveram seus planos reestruturados.

Infelizmente, o governo Roriz, cumprindo uma política ideológica de desprezo e desrespeito à educação pública e a seus profissionais, não cumpriu o acordo que pôs fim à greve deste ano e não encaminhou o anteprojeto discutido amplamente com a categoria e com o próprio governo, para apreciação e aprovação na Câmara Legislativa.

Lamentamos indignados a postura do GDF que, ano após ano, desrespeita acordos firmados com os professores, seja em negociações em tempos normais, seja em negociações nos períodos de greve.

É inaceitável que um governo perpetue essa prática, impunemente, assim como é inaceitável que tenhamos, por mais quatro anos, governando a capital do Brasil, este mesmo governo, conhecido em todo

o país e no mundo pelo seu envolvimento com a grilagem de terras públicas, com o superfaturamento de obras, com o desvio de dinheiro da educação para outros fins, com a corrupção, com a utilização da miséria humana, da mentira, da censura a órgãos de comunicação, de perseguição política, da violência contra a cidadania, para garantir mais tempo no poder, para usar este mesmo poder em seu interesse próprio e o de seus amigos.

Apesar de tudo isto, continuamos de cabeça erguida, com muita garra e dignidade, olhando nos olhos de nossos filhos, alunos, comunidade, porque temos a certeza dos justos e honestos. A certeza de que cumprimos nosso papel na história; a certeza de que lutamos muito e continuaremos, porque outros outubro virão, assim como também outras lutas e outras greves. Estaremos em todas elas, mesmo que o dia não amanheça, porque não há escuridão suficiente que impeça nossa brava categoria de seguir em frente, perseguindo dias melhores, construindo uma nova sociedade: justa, solidária e fraterna.

Augusta - Diretora do Sinpro

Extinção da Escola Normal de Ceilândia

Decisão arbitrária prejudica comunidade escolar

Áurea Lúcia Evangelista terá que abandonar as aulas do curso de Magistério. Mãe de uma aluna de oito anos que estuda no colégio de aplicação da Escola Normal de Ceilândia, ela não poderá se transferir para a Escola Normal de Taguatinga porque não terá tempo hábil para sair da sua aula e buscar a sua filha no colégio. Estudante do segundo ano de magistério, Áurea vê seu sonho de se tornar professora escorregar pelo ralo perverso do autoritarismo. Dois anos perdidos...

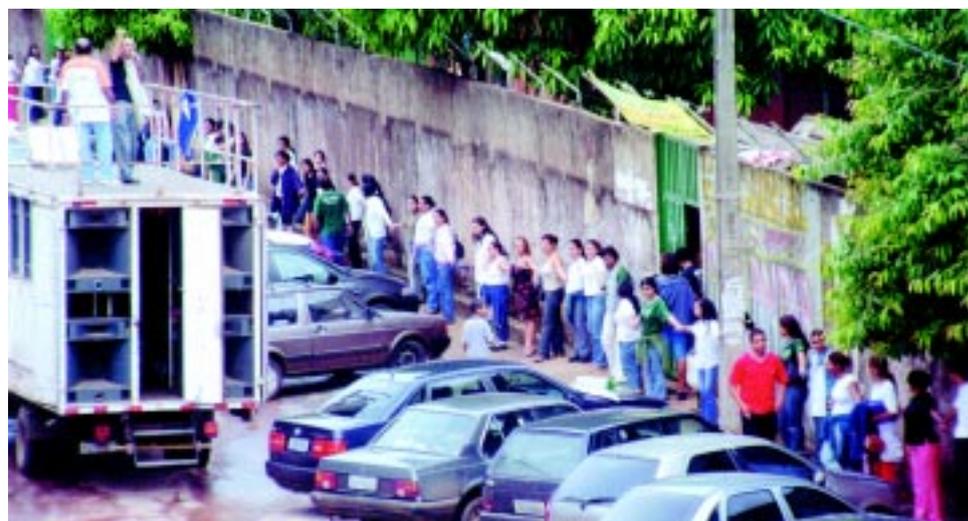
Na mesma situação, muitos alunos terão que abandonar os estudos, se for confirmada a extinção da Escola Normal de Ceilândia e a transferência para a Escola Normal de Taguatinga. Os professores foram informados que serão distribuídos para outras escolas. A decisão foi anunciada, verbalmente, pela gerente regional de ensino de Ceilândia, Leila Pavaneli, no último dia 7. Sem qualquer consulta à comunidade escolar, a mesma anunciou a extinção da escola, que atende a cerca de 450 alunos. A um grupo de pais, professores e alunos atônitos, afirmou que, mesmo sem nenhum documento formal que apontasse a necessidade de fechamento da escola, “sua palavra tem a força de lei”. Nem o Presidente da Repú-

blica tem tanta força na palavra.

“O que me deixou revoltada foi que ela tratou nossos filhos como se fossem plantas, que ela muda de vaso, ou de local, conforme lhe convém”, afirma Geralda Lopes, mãe de uma aluna da escola. Ela acredita que não terá condições de manter sua filha em Taguatinga, por causa do preço das passagens de ônibus.

“Essa medida é totalmente arbitrária e parece uma retaliação porque os professores e alunos daquela escola não votaram em Joaquim Roriz e se mobilizaram para promover o debate com os candidatos ao governo do DF - ao qual Roriz não compareceu - ocasião em que foram denunciadas as péssimas condições da escola”, afirmou Nelson Moreira Sobrinho, diretor do Sinpro. Ele adiantou que o Sindicato já entrou com um mandado de segurança para impedir o fechamento da escola. No dia 20, a comunidade “abraçou” a escola em um indignado protesto contra a decisão de fechamento, prometendo lutar, até o último momento, para impedir que a arbitrariedade se confirme. Pretende, até mesmo, ocupar a escola, caso o autoritarismo da gerente de ensino seja levado às últimas conseqüências.

A justificativa de que a escola precisa de reformas não se sustenta: a Escola Normal de



Alunos da Ceilândia deram um abraço na Escola Normal, na luta pela sua preservação

Brasília passa por reformas e nem por isso deixou de funcionar. Se tivesse buscado uma solução negociada com a comunidade escolar, a Senhora gerente poderia ter discutido a possibilidade de transferir algumas salas para o Centro de Ensino Médio nº 3, que fica ao lado da Escola Normal e possui doze salas ociosas. “Ela parece não entender que essa medida trará enormes prejuízos para os alunos e prefere ga-

rantir o seu cargo, vingando-se daqueles que não venderam seu voto. E depois o PT é que é o partido do ódio...”, afirma Nelson.

O diretor do Sinpro e um grupo de professores e alunos estiveram, no dia 20, no Ministério Público, denunciando a arbitrariedade e solicitando, à Procuradoria da Educação, que interceda junto ao GDF para impedir a a extinção da escola.



Aposentados terão grupo de estudos no próximo ano

A Secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sinpro irá organizar, no próximo ano, grupos de estudos regionalizados para tratar das questões de interesse dos professores aposentados. A idéia é aprofundar as discussões específicas nas regionais para preparar o debate do Seminário de Aposentados, no final do primeiro de semestre de 2003.

É importante os aposentados participarem do plebiscito da gestão democrática nos dias 12, 13 e 14/12.

O último seminário de aposentados foi realizado no dia 18 de setembro e reuniu mais de duzentos professores no Clube da Apcef. Na ocasião foram discutidos o Plano de Carreira da categoria, a realidade previden-

ciária e a paridade com integralidade. Os diretores da Secretaria acreditam que os aposentados podem e devem dar a sua contribuição e a sua experiência para a luta em defesa da manutenção dos nossos direitos.

Confraternização natalina – A já tradicional confraternização natalina dos aposentados sindicalizados está marcada para o dia 11 de dezembro, na APCEF, a partir das 16h. Muita música e alegria marcarão o evento. Brevemente estaremos enviando correspondência com mais detalhes. Aguardem!

Isabel Portuguese, José Calixto e Chico do Gama – Secretaria de Aposentados

Fórum Mundial para a educação começa dia 27

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino-Contee, filiada à CUT, participa, de 27 a 30 de novembro, do IV Fórum Mundial para a Educação dos Povos, promovido pela Confederação dos Educadores Americanos (CEA), a ser realizado em Colima, no México.

Entre os temas a serem debatidos, “Municipalização da educação, um passo para a privatização”; “Trabalhadores da educação frente a Alca”; “Experiências concretas de intervenção em projetos educacionais” e outros.

Já o **Fórum Mundial de Educação** acontecerá de 19 a 22 de janeiro de 2003, em Porto Alegre, antecedendo a terceira edição do **Fórum Social Mundial**, que ocorrerá de 23 a 28 de janeiro. “Educação e Transformação” é o tema central do Fórum de Educação, que espera receber vinte mil pessoas. Para eleger delegados ao Fórum Mundial de Educação, os professores do DF realizarão assembléia no próximo dia 7 de dezembro, às 9h30, com 2ª chamada às 10h, no auditório do Sinpro – SCS, Quadra 3, Bloco A, Edifício do Professor.

Convocação aos professores de Educação Física

O Sindicato dos Professores convoca os profissionais da área para uma reunião em que discutirão os muitos problemas da Educação Física no DF, a começar pela falta de infra-estrutura e de apoio do GDF. Sua presença é extremamente importante...ou cale-se para sempre.

Reunião dia 5/12, às 19h, no auditório do Sinpro – SCS, Quadra 3, Bloco A, Edifício do Professor.

Eleição

Professores agredidos em Brazlândia

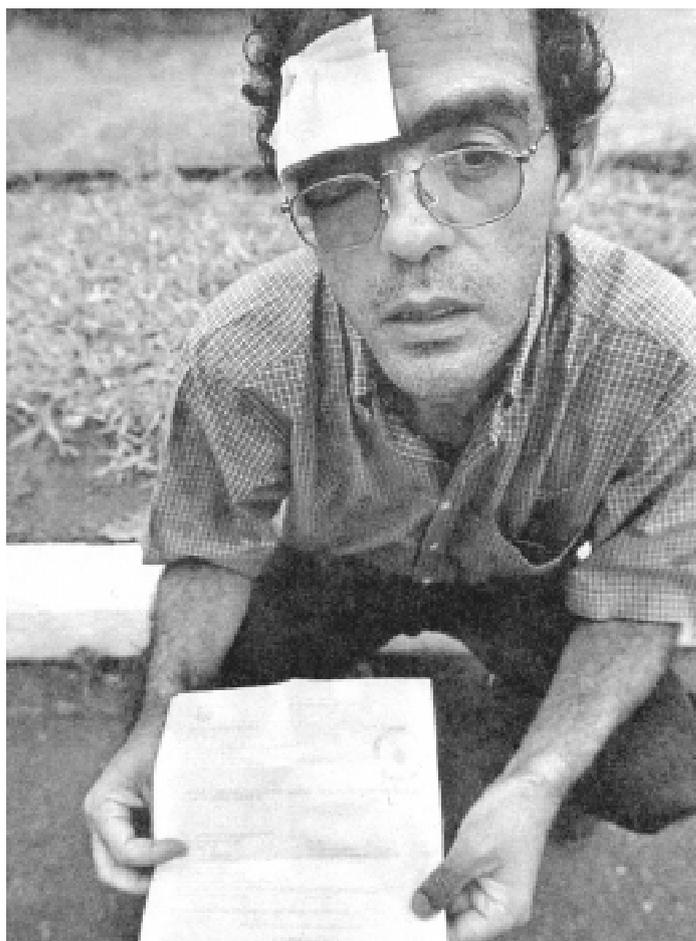
A violência, o desrespeito, as irregularidades e a fraude que caracterizaram as eleições no DF também estiveram presentes em Brazlândia, antes curral eleitoral de Roriz e seus pares, e hoje, graças ao belo trabalho de esclarecimento e conscientização da comunidade, realizado principalmente por professores, apresenta uma nova realidade da política local.

Apesar do uso irresponsável da máquina pública em nome de Roriz e seu aliados, apesar das ameaças e intimidações, perseguições e agressões que permearam todo o processo eleitoral, os companheiros de Brazlândia estão de parabéns porque cumpriram brilhantemente - com a dignidade dos que exercem seu papel em defesa da justiça, da moralidade, da ética e da cidadania plena - seu papel na história recente de nosso país e de nossa cidade, rumo à transformação da sociedade.

Vejam os fatos bárbaros e revoltantes que aconteceram em Brazlândia durante e após o processo eleitoral: truculentos cabos eleitorais de Edimar Pireneus (deputado distrital rorizista que não se reelegeram) e de Roriz agrediram moral e fisicamente o professor Geraldo Cotelé e espancaram covardemente o professor Janduy Procópio, arrancando-o de dentro de seu carro, diante de sua família. Ao tomarem conhecimento do fato, através do jornal, assistentes da GRE comemoraram.

O Sinpro acompanhou tudo e denuncia a barbaridade aos demais professores. A orientação é que os companheiros não andem sozinhos pela cidade, pois estão correndo risco de vida (pasmem, no século 21, na capital do país).

Desde o início da campanha eleitoral, os seguidores da política nefasta



Cabos eleitorais de Edimar Pireneus e de Roriz agrediram e espancaram covardemente professores, como é o caso de Janduy Procópio, arrancado de dentro de seu carro, diante de sua família.

à sociedade praticada por Roriz, Eurides Brito, Edimar Pireneus e muitos outros, usaram e abusaram da máquina pública, do poder econômico e das políticas assistencialistas, pagas com o dinheiro dos nossos impostos, para exigirem votos em suas candidaturas. A GRE de Brazlândia virou desca-

radamente comitê eleitoral de Roriz e Eurides Brito. O diretor do GRE, professor Humberto, foi um disciplinado e ativo cabo eleitoral. Tirou férias, abonos, recessos e se dedicou à campanha, mas não se incomodou em usar o carro da GRE nos dias em que estava de “abono”.

Usando a condição de “Diretor”, solicitou a auxiliares de ensino e a diretores de escolas R\$ 20,00 (vinte reais) como ingresso para a festa de Eurides. No 1º turno, reuniu servidores no Jardim de Infância Menino Jesus e pressionou-os a votarem em Roriz e Eurides Brito. Estes fatos foram denunciados ao SAE – Sindicato dos Auxiliares.

Além do citado acima, o fiel seguidor de Roriz/Eurides, “convocou” os donos de lanchonetes em escolas a apoiarem a dupla e fornecerem listas com mais nomes de apoiadores. O *Correio Braziliense* divulgou este fato.

Certo da impunidade e pensando em garantir seu cargo na GRE, o mesmo reuniu, no dia 19/11, no CAIC, os pais beneficiados pelo programa “Renda Minha” para convencê-los a votarem em Roriz, afirmando que o programa desse governo é mais “vantajoso” que o Bolsa-escola. Na reunião houve distribuição de lanche e vale-transporte. Organizando a reunião, funcionários da GRE e associados à Aste (Asete), vestiam camisetas de Roriz.

Tudo isso é crime eleitoral, fraude, além de ser imoral. Cadê a decência, a ética? Na concepção deles, vale tudo para se manter no poder. Mesmo que o preço seja apenas uma gratificação que não paga a dignidade, para quem a tem, o que certamente não é o caso do “professor” Humberto.

Movimento luta pela casa própria para trabalhadores em educação

O Movimento dos Trabalhadores em Educação Sem Moradia Própria (MTESMP) é uma organização suprapartidária que visa resolver o problema de moradia dos trabalhadores em educação. O MTESMP nasceu da cabeça de um professor que mora em Brasília desde 1985, paga aluguel, tem três filhos e trabalha 40h na SEE-DF, que estuda e cansou de esperar.

O objetivo do movimento é cadastrar todos os trabalhadores em educação necessitados de casa própria. Há um entendimento que, na medida em que o trabalhador tenha sua casa própria, melhora sua qualidade de vida, sua autoestima, sua motivação, o fazer pedagógico etc.

Para se inscrever no MTESMP você deve enviar seus dados para o e-mail mtesmp2002@yahoo.com.br, fornecendo nome completo, matrícula, endereço completo para correspondência, telefone para contato e e-mail. Doações voluntárias para incrementar a campanha podem ser depositadas no BRB 1341 58698-4 em nome de Cláudio de Souza Alves. Maiores informações pelos telefones 9556-6805 ou 373-2969.

Em F|O|R|M|A|Ç|Ã|O

:. Secretarias de Formação, Assuntos Educacionais e Cultura

Plebiscito em defesa da gestão democrática

Diretas, Já!

Nos dias 12,13 e 14 de dezembro, a diretoria do Sinpro realizará um plebiscito em defesa da gestão democrática nas escolas. Conclamamos todos os educadores a abraçarem mais esta luta a favor da eleição direta para diretor e do conselho escolar.

Assim como no início dos anos 80, quando a população saiu às ruas contra a ditadura militar exigindo eleições diretas para presidente da república, nós

educadores, mais de quinze anos depois do fim do autoritarismo militar exigimos diretas já para diretor de escola



SIM

Enviaremos o resultado do plebiscito às autoridades competentes: Ministério da Educação, Ministério Público, Câmara Federal e Distrital. Acionaremos a CNTE para que ela mova em 2003 uma ação popular na Câmara Federal estabelecendo eleições diretas para diretor de escola

e conselhos escolares em todo o país. No DF, junto aos deputados de esquerda, solicitaremos que o debate em torno das diretas para diretor e conselho escolar seja colocado na pauta da Câmara Distrital.

O plebiscito será aberto a toda sociedade que queira votar. Sabemos da insatisfação da população do DF com a política educacional adotada pelo atual governo, por isso acreditamos no seu

envolvimento. Afinal, o sucesso da escola está relacionado também com

a forma que ela é administrada. Cabe aos educadores o convencimento dos alunos, pais, servidores, enfim, conquistar aqueles que defendem uma escola que estimula a participação cidadã. Teremos urnas em todas as escolas e em pontos estratégicos da cidade.



NÃO

Como é a direção da sua escola?

QUADRO COMPARATIVO DAS DIREÇÕES

Aspectos da gestão	Direção Tradicional/Autoritária	Direção Democrática
Relações de poder	Verticais	Horizontais
Espaços	Individualizados/Segmenta os grupos	Valorização do Coletivo
Decisões	Centralizada/Imposição	Descentralização/Diálogo/Negociação
Formas de ação	Autocracia/Paternalismo	Democracia/Autonomia
Relacionamento	Competição/Apego/Independência	Cooperação/Cessão/Interdependência
Meta	Eliminação de conflitos	Mediação de Conflitos
Visão	Das partes	Do Todo
Conseqüência	Vencedores/Perdedores	Vencedores
Base	Aético	Ética
Ênfase	No Ter	No Ser

Já que a gestão democrática é um princípio constitucional e que a comunidade escolar não aceita mais a condição de ficar apenas como espectadora, destacamos, ao lado, um quadro comparativo da administração escolar. Analise e veja se a sua direção segue o modelo tradicional autoritário, que impede a participação da comunidade na gestão da escola, ou se tem um perfil aberto ao diálogo, transparente e de respeito às diferenças, seguindo a exigência de democratização do Estado tão reivindicado pela cidadania.

Gestão democrática POR QUÊ?

O autoritarismo tem sido um componente presente na formação do povo brasileiro. Tem raízes na cultura colonial escravista e se reflete na lógica do superior (senhor), que manda, e de um inferior (escravo), que obedece. Além da hierarquia do espaço social, a indistinção entre o público e o privado, em detrimento da esfera pública; a naturalização das desigualdades sociais, com o objetivo de ocultar as contradições de uma sociedade perversa e excludente; uma prática política restrita aos profissionais do poder, marcada nas relações pessoais de favor, cooptação, tutela e corrupção têm criado obstáculo à construção da democracia e significa a negação do espaço público em que as pessoas possam se encontrar como iguais na luta pelos seus direitos.

Foi nesse contexto histórico que a **gestão democrática** da escola surgiu, a partir do início dos anos 80, como bandeira de luta dos profissionais da educação. A gestão é entendida como uma forma de democratização do Estado e de garantia de participação efetiva e permanente da comunidade escolar nos direcionamentos da escola, já que nela também predominava o autoritarismo, a hierarquia, a burocracia e a troca de favores. Enfim, a escola pertencia mais ao tecnocrata que a dirigia do que à comunidade escolar que a financiava.

Sinalizando um avanço da cidadania rumo a um maior controle social do espaço escolar, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 206 estabelece “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”. Em 96, A LDB, no seu art. 14, confirma a gestão democrática como princípio, mas joga a responsabilidade de definição das normas da gestão democrática para os sistemas de ensino. O que abre margem para inúmeras interpretações do que pode ser ou não considerado gestão democrática. No DF, por exemplo, fizeram uma interpretação sinistra da gestão democrática. Atualmente é negada a participação da comunidade escolar na escolha do gestor. O princípio da alternância no poder nas direções de escola não é ga-

rantido. Não há transparência no processo de escolha dos diretores, sendo esses indicados pelo GDF. Mesmo assim os tecnocratas do governo asseguram existir democracia nas escolas. Uma apropriação indevida do termo.

A partir dos anos 80, várias capitais brasileiras experimentaram a eleição de diretor e do conselho escolar como meio de democratização da escola. Hoje, segundo pesquisa da ANPAE (Assoc. Nacional de Políticas e Administração Escolar), a forma de acesso ao cargo de diretor mais comum adotada nas capitais do país é via eleição. Inúmeras são as pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico que têm demonstrado que a eleição para diretor e para o conselho tem criado novas formas de relacionamento social no interior

*A gestão democrática
surgiu nos anos 80
como bandeira de luta
dos profissionais de
educação*

das escolas, ampliando a participação dos sujeitos da escola nas tomadas de decisão.

Sabemos das limitações do processo eleitoral e que eleição é um meio para democratizar o Estado, não um fim. A democracia não pode ser resumida simplesmente ao governo das maiorias ou pelo número de eleitores existente, mas pela criação de canais que venham facilitar a participação da comunidade no controle dos serviços prestados pelo Estado e na concepção de que os governantes não devem governar apenas para os seus, mas para toda diversidade de pensamento existente. Quanto mais a cidadania for consultada e expressar os seus anseios através do voto, mais qualidade social o processo democrático tende a ganhar.

É por isso que defendemos a eleição de

diretor e do conselho escolar, porque ela pode possibilitar a criação e alguns elementos importantes para a gestão democrática, como a participação, a autonomia, o pluralismo e a transparência.

1) Participação: que seja uma participação efetiva, permanente e ativa da comunidade na gestão da escola e na defesa dos seus interesses, contrapondo-se assim à participação passiva e turística que concebe a comunidade apenas como colaboradora para suprir as brechas deixadas pelo Estado.

2) Autonomia: somos a favor de que o grau e o tipo de autonomia da escola sejam definidos pelos sujeitos que vivem a realidade escolar. Uma autonomia em que poder central divida poder com a escola e não apenas responsabilidades e serviços como tem ocorrido.

3) Pluralismo: construção de um espaço que garanta a livre expressão, o respeito às minorias, à diversidade de pensar o pluralismo de idéias. Buscar, a partir do conflito de idéias, chegar ao consenso temporário. Assim, os conflitos são revelados em reuniões coletivas e não eliminados com a tentativa de se criar uma falsa ilusão de ambiente harmônico.

4) Transparência: a direção tem que dar satisfação dos atos e procedimentos tomados à comunidade escolar e não apenas à Regional de ensino como é hoje. A transparência vem no sentido de construir uma gestão pública e aberta que se contraponha à lógica fechada e secreta tão comuns nas gestões atuais.

Esperamos que o vento pró-democracia que atingiu o Brasil chegue ao DF, sensibilizando as autoridades locais a adotarem uma democracia de fato nas escolas. Nossas escolas, na sua maioria, encontram-se prisioneiras da burocracia e da rotina, sem projetos e sem identidade. Queremos a eleição para criarmos um ambiente de confiança, de colaboração e participação na escola, elementos centrais para o resgate do prazer no ambiente de trabalho e do sentido de ser educador.

Adilson César de Araujo
Diretor de Formação do Sinpro-DF

Seminário A formação do pedagogo Tendências e perspectivas

No próximo dia 11 de dezembro será realizado o seminário “**A formação do pedagogo – Tendências e perspectivas**”, em mais uma parceria entre o Sinpro e a Faculdade de Educação da UnB.

O objetivo do evento é possibilitar a reflexão sobre as mudanças propostas para a formação do pedagogo, demonstrando a permanente preocupação do Sindicato com a formação da categoria.

O público alvo são os Orientadores Educacionais, para os quais estão destinadas 300 vagas, os professores do PIE - 45 vagas e estudantes de Orientação Educacional - 100 vagas.

O seminário acontecerá no auditório 2 Candangos da FE/UnB e as inscrições podem ser feitas no local do evento ou no Sindicato até o dia 9 de dezembro. Veja, a seguir, a programação do evento:

MANHÃ

- 8h – Abertura: Sinpro e FE/UnB
- 8h30 às 12h – Mesa redonda “**A identidade da pedagogia: questões epistemológicas**”

Prof. Dr. José Carlos Libâneo, Universidade Católica de Goiás.
Profa. Dra. Naura Syria Carapeto Ferreira, pesquisadora associada da Universidade Federal do Paraná.
Coordenação da mesa: Profa. Dra. Lúcia Maria Gonçalves Resende, FE/UnB.
12h às 14h – Almoço

TARDE

- 14h às 18h – Mesa redonda “**A função social do pedagogo: a organização curricular**”
- Profa. Dra. Mirian Paura Zabrosa Zippin Grinspun, Universidade Federal Fluminense.
Profa. Helene L’Blanc, FE/UnB.
Coordenação da mesa: Lúcia Maria de Oliveira Santis, orientadora educacional da Secretaria de Educação do DF.

FALA PROFESSOR

Desabafo pedagógico

Continua... Tudo continua... Continua a intolerância, continua a censura, continua a “indicação”, a falta de educação, a ignorância, a falta de amor próprio, a decadência escolar, a evasão escolar, a política pedagógica enganadora, a falta de visão.

Continua a educação do assistencialismo, da aceleração e a educação das estruturas depredadas.

Vemos, nesses dias, uma Brasília dividida entre o egoísmo e a ajuda mútua, do pensar só no “Eu” e do pensamento coletivo. Uma cidade enganada pela “educação do concreto”, ludibriada pela educação do “continue pobre”.

Vemos nossas crianças crescendo dentro da política do egoísmo, sendo esmagadas nesta politicagem brasileira injusta, uma política que visa apenas mostrar ao povo humilde, as nossas crianças carentes que são pobres e que devem continuar pobres, pois para essa política injusta o pobre tem que existir,

caso contrário a política do concreto deixa de reinar.

E os educadores, como estão?

Fatigados, exaustos, mal remunerados, sem condições básicas de trabalho, doentes, fracos. Os educadores estão como a educação: à beira de um colapso pedagógico. Os educadores de verdade, aqueles que não compactuam com a política do assistencialismo e da prática pedagógica enganadora, já quase não suportam mais a condição de “coisa sem importância”. A essência que gera a transformação, que traz a clareza, a criticidade, os valores e a consciência política, durante quatro anos foram podados na capital desse imenso e rico país, e tentarão, nos próximos quatro anos, acabar com a coragem e a dignidade dos grandes educadores brasileiros.

De uma coisa estamos certos. Vemos no céu de Brasília uma estrela brilhando mais forte, uma estrela que não é só de Brasília, uma estrela que agora é nacional,

e é essa estrela, nova moradora da capital do país, que nos mostra a luz no fim da Esplanada dos Ministérios, logo ali atrás do Congresso Nacional. É essa estrela que fará prevalecer a decência, a honestidade e a educação da dignidade e da cidadania.

Aqueles que, de certa forma, apóiam a “educação do concreto” e do “individualismo exarcebado”, deixo-lhes um recado: amigos queridos, ninguém precisa de poder, riqueza, dinheiro para ser feliz ou fazer os outros felizes. A felicidade não pode ser comprada com favores e cargos comissionados. Ela é fruto de nosso compromisso com a paz, a alegria, a justiça, o equilíbrio e a educação do nosso povo, pois não é somente a nossa felicidade que importa, mas também a dos que virão de nós e de nossos filhos.

Meu nome é **Adail Silva Pereira dos Santos**, sou educador, amo meu país. Viva o novo tempo da política social justa. Viva Brasília!

Indignação

*O povo adormeceu irado
Por ter sido tão desrespeitado
Passado pela triste humilhação
De passar horas e horas
Numa fila de votação.
Que votar é um ato importante,
Ninguém pode negar.
Mas será que algum governante
Pensa em nosso bem estar?
O país sendo para um precipício
arrastado
Os governantes vendendo o Estado
A recessão inviável
O desemprego insuportável
O salário miserável.
Mas quem está no poder
Finge que nada disso vê.
Acha que o povo
Tem mais é que sofrer.
E se o povo não acordar
Continuarão a nos massacrar
Perpetuando a não conscientização
Levando nosso país à desintegração.
Pra quê dar ao povo educação
Para ser de fato um crítico cidadão
Se o povo se contenta
Só com leite e pão?*

Professora Lúcia Maria de Medeiros Silva. - CEF Incra 8

Carta Resposta

Sr. Bethoven Mendes:

Em agosto, o jornal Mestre D'armas que circula em Planaltina, edição 202, disse: “que a reposição de aulas em algumas escolas de Planaltina é uma vergonha e não está acontecendo. O artigo se intitula “CONTO DO VIGÁRIO”. Disse que “boa parte dos professores não comparece”. Não cita as escolas envolvidas e não dá a lista dos professores faltosos. Por que será?

Fala de uma “Epidemia de males” assolando boa parte dos professores aos sábados e que existem atestados em excesso. O que existem são males em excesso. O ambiente escolar

é o maior causador das doenças da categoria: 44,3% sentiram algum sintoma de doenças da profissão e 38,4% tiraram atestado ou licença médica nos últimos 3 meses do ano passado, segundo a pesquisa realizada pelo SINPRO. O diagnóstico acusou que 38,7% estavam com estresse ou estafa, 21,3% LER ou DORT, 17,8% problemas nas cordas vocais.

Quer saber mais? Nossas condições de trabalho são péssimas: salas superlotadas, excesso de turmas por professor, falta de materiais básicos, escolas sucateadas, falta de professores substitutos, descaso com a escola pública e desvalorização do professor.

Somos o 16º salário do país e olha que

já ocupamos o 1º. Somos o pior salário entre os servidores do GDF.

Não contente com isto, o senhor diz: “Só que até agora não apareceu nenhum atestado de óbito”. Estamos morrendo por dentro: muitos desistem da luta, migram para outras profissões, adoecem...

“Pseudo-professores” nós não somos. Somos educadores e merecemos respeito.

“Outros tipos de atividades e não aula”. O senhor sabe o que é uma aula? Este artigo é uma aula.

Os pseudo-professores não merecem estar em sala de aula e não tem compromisso com a educação”. O senhor sabe o que é educação e o que é uma sala de aula?

“Penalizar o aluno?” A comunidade

escolar é que é penalizada com a indiferença ou falta de prioridade para a educação. Será que o senhor sabe o que é compromisso com a educação?

“Existem outros meios para reivindicar” aumento de salário, no caso. Quais? Fizemos até greve de fome!

Sua esposa e irmã são professoras ou pseudo-professoras? Elas deixaram de ser beneficiadas pela luta da categoria?

Senhor Bethoven, só abra a boca quando tiver certeza ou como provar. Lembre-se: OS PROFESSORES MERECEM RESPEITO.

**Neide Samico
Ana dos Reis - Planaltina**



De Olho em Seus Direitos

Lei garante opção de pagamento do auxílio-transporte em pecúnia ou vale

O auxílio-transporte continua dando dores de cabeça nos professores, por causa do autoritarismo do GDF que transformou o pagamento feito em pecúnia, por um papelzinho que permite, apenas na teoria, que a categoria possa se locomover. Na teoria, pois é entregue em cima do prazo de validade e sempre com atraso de dois a três meses.

O vale-transporte pago em pecúnia é uma conquista da categoria que o GDF quer retirar. Por isso, nos últimos meses o Sinpro promoveu ampla campanha para garantir o seu pagamento no prazo devido, ou seja, no mês anterior e com a opção de escolha para

o professor: **se pagamento em pecúnia ou vale.** A diretoria do Sindicato, nos últimos meses, invadiu por duas vezes a Secretaria de Fazenda do GDF para pressionar o governo a adotar essa opção permitida por lei.

Segundo a lei nº 2.966, de 7 de maio de 2002, em seu artigo 1º, “Fica criado o auxílio-transporte, a ser pago em pecúnia ou vale-transporte, vantagem de natureza indenizatória, destinada exclusivamente ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, inclusive interestadual, pelos servidores civis da administração direta”.

A lei é clara ao determinar, ainda, que o

valor mensal do auxílio-transporte corresponda às despesas realizadas com transporte coletivo, “subtraído o montante de 6% incidente sobre a remuneração ou o subsídio do cargo efetivo ocupado pelo servidor”.

“O pagamento do auxílio-transporte será efetuado no mês anterior ao da utilização de transporte coletivo...”, especifica o artigo 5º da mesma lei, o que mostra o quanto o GDF vem prejudicando os professores.

Continuaremos a pressão sobre o GDF para fazer o pagamento no prazo devido e para garantir a opção do professor por receber em dinheiro ou em vale.



Mais uma vitória do Sinpro no TCDF – Lei 1.800/98

A Lei do DF nº 1.800/97 assegurou a todos os professores aposentados no período de 1968 até 1990, que se aposentaram pelo Regime Geral da Previdência Social administrado pelo INSS, uma complementação de aposentadoria, paga pelos cofres do DF, para assegurar a tais professores a mesma remuneração percebida pelos professores estatutários aposentados.

Os professores alcançados pela Lei nº 1.800/97 vêm recebendo do GDF, desde 1998, a diferença entre o valor da aposentadoria paga pelo INSS e o valor da remuneração como se em atividade estivessem.

O Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal ingressou no TCDF com representação alegando que a Lei nº 1.800/97 seria inconstitucional, sob o fundamento de que complementações de apo-

sentadoria desta natureza somente seriam admissíveis se os professores beneficiados tivessem originariamente sido regidos pelo sistema estatutário e posteriormente transpostos para o regime da CLT, o que não foi o caso.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, em um primeiro momento, acolheu os argumentos do Ministério Público. O Sindicato dos Professores no DF entrou, como substituto processual da categoria, com Recurso de Reexame atacando a Decisão tomada pelo TCDF e os argumentos utilizados na representação do Ministério Público.

Acompanhando o Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Costa Couto, o Tribunal acolheu o recurso do Sinpro, declarando que aprovará as contas relativas ao pagamento das complementações de aposentadoria em questão.

Ação judicial do reajuste anual

O Sinpro, na condição de substituto processual, ingressará com ação judicial pleiteando o reconhecimento do direito dos professores em terem seus vencimentos/proventos reajustados anualmente, em obediência ao disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n. 19/98. Em relação ao índice do reajuste a ser pleiteado, o Sindicato adotará como parâmetro para o pedido de revisão dos vencimentos dos Professores o Índice de Preços do Consumidor Amplo – IPCA, veiculado pelo IBGE, incidindo sobre o vencimento básico o percentual, cumulado no período de 01/06/1999 a 30/10/2002, equivalente a 27,91% (vinte e sete vírgula noventa e um por cento), podendo em sentença ser determinado outro índice pertinente.

Acometidos por doenças profissionais têm reunião dia 7

Os professores acometidos por Lesões por Esforços Repetitivos (LER), hipertensão, diabetes e outras doenças profissionais realizarão reunião no próximo dia 7 de dezembro, às 15h, na subsele do Sindicato em Taguatinga – CNB 4, lote 3, loja 1, telefax 562-4856 e 562-2770.

O objetivo da reunião, coordenada pelo professor Jorge Barbosa (9984-6848) e com o apoio do Sinpro, é discutir formas de fazer valer os direitos dos professores acometidos de doenças profissionais e combater as várias formas de discriminação que sofrem.

A LER, por exemplo, implica na alteração de diversos níveis de intensidade nas estruturas osteomusculares – tendões, sinovias, articulações, nervos, músculos –, além do sistema modulador da dor. Para evitá-la, é preciso que o trabalhador preste atenção em sintomas e limitações e procure o mais rápido possível auxílio médico.

A LER é adquirida através da intensa repetição de atividades, excesso de movimentos, falta de flexibilidade de tempo e ritmo, exigência de produtividade etc.

A prevenção se dá através da mudança das características da atividade profissional, mudando a forma de trabalhar, as relações profissionais, a organização do trabalho e a relação com a chefia.

FGTS

Os processos do FGTS propostos pelo Sinpro já estão em fase bastante adiantada. Grande parte desses processos já receberam decisão favorável e estão sendo enviados para cálculo. O mais importante, porém, é que alguns professores já estão recebendo o seu dinheiro.

É importante lembrar que pelo Sinpro o professor recebe o resíduo do FGTS de forma integral e com valor bem mais alto do que pelo acordo da Caixa Econômica. Além disso, este é um direito reconhecido pelo STF e não há possibilidade de perder o processo. Portanto, é bem mais vantajoso para o professor aguardar e receber seu dinheiro através do Sinpro.

Lembramos que para acompanhar o andamento do seu processo você deverá acessar a Internet no endereço www.trf1.gov.br ou procurar o Jurídico do Sinpro na sede ou na subsele de Taguatinga para maiores informações. Salientamos que, por uma questão de segurança, o Sinpro não informará o andamento do processo por telefone. Daremos apenas informações gerais.

Lembramos ainda que assim que o juiz determina o pagamento, o Sinpro entra imediatamente em contato com o professor. Por isso é importante manter o cadastro sempre atualizado.

Daniela Gomes de Carvalho
Atividades - Sobradinho
Permuta para: Goiânia 62. 286.6214/9637.8436

Elisabete Gleibe Guedes
40 h - jornada ampliada - EC 318 Samambaia
Gostaria de reduzir para 20 h
352 6153/358 9919

Catia Cilene Santos Pereira
Atividades - GRE Gama
Permuta para: GRE N. Bandeirante
629 7266/380 2780/380 2546

Maria Cecília P Alexandre
Atividades - Sesi Ceilândia
Permuta para: Samambaia
458 2376/376 5656/9601 5688

Jesuíta Rosa de Oliveira
História
CEF Nossa Senhora de Fátima – Planaltina/DF
Permuta para: P. Piloto/Cruzeiro/Octogonal/
Guará
631 2157 (à noite)

Ana Patrícia Trajano Silva
Atividades - EC 318 Samambaia
Trocar 40 h diurno por 20 h noturno
em Samambaia ou Taguatinga
458 2553/919 5097

Giselle Oliveira Frota
Atividades
Jardim de Infância 404 Norte PP/Cruzeiro
Permuta para: Taguatinga e Ceilândia
475 8527 ou 3454482 - recado

Íris Aparecida Dias de Alecrim Souza
Planaltina - quer ir para Taguatinga
Atividade - pré-escola 40 horas – manhã

Subsede de Taguatinga dinamiza atendimento

O atendimento prestado pelo Sindicato aos professores das escolas públicas e particulares foi ampliado na subsede de Taguatinga, com a intenção de evitar que os professores residentes na região tenham que ir ao Plano Piloto para resolver suas pendências.

Ampliamos o atendimento jurídico, com

a presença de advogados e o acompanhamento dos problemas dentro das escolas pelos diretores do Sinpro. Dessa forma, problemas como o acúmulo de ligações telefônicas para a sede, a falta de estacionamento e a distância serão sanados.

Todos os dias, nos dois turnos, diretores do Sinpro estarão à disposição da

categoria na subsede, assim como funcionários qualificados também aguardarão os companheiros para as mais diversas informações e encaminhamentos para a solução dos problemas.

Você que mora ou trabalha em Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia, Guará, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fun-

do, Núcleo Bandeirante etc. procure atendimento na subsede, se lhe for conveniente, é claro, que o Sindicato terá o maior prazer em atendê-lo. O endereço da subsede é CNB 4, lote 3, loja 1, telefones 562-4856 e 562-2770.

Confira abaixo os serviços e encaminhamentos disponíveis para você:

Dias e horários de atendimento

- Segunda à sexta, de 8h30 às 12h30 e de 13h30 às 17h30.
- Para atendimento dos advogados drs. Antônio Alves e Alexander de Sales Bernardes, os dias e horários são os seguintes: terças e quintas-feiras, de 9h às 11h.

CONFIRA ABAIXO A ESCALA DE PLANTÃO DOS DIRETORES NA SUBSEDE:

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MANHÃ	Valdenice 9987-8315	reunião de diretoria	Cláudia Alves 9981-9063 Bernardete 9966-7843	Augusta 9965-8726	Adalberto 9965-8292
TARDE	Barbosa 9964-2568 Adilson 9987-8274	César 9966-7846	Raimundo 9981-9064 Nelson 9964-9263	Denilson 9963-5136	Antônio 9964-8695

I - Para os professores das escolas públicas

- Conferência de contracheques para verificar a correção do pagamento dos salários mensais.
- Informações diversas sobre portarias, lei 8.112 (RJU), andamento dos processos coletivos e individuais.
- Recebimento e encaminhamento de documentos para abertura de processos pelo escritório Riedel e Borges, que presta assessoria jurídica aos professores.
- Fornecimento de declarações sobre reajustes salariais para informação à CEF.
- Informações sobre andamento do processo do FGTS.
- Outras questões relativas à relação de trabalho com o GDF.

II - Para os professores das escolas particulares

- Homologação de rescisões contratuais agendadas previamente pelas escolas.
- Conferência de contracheques para checar correção de pagamento dos salários mensais.
- Informações sobre direitos trabalhistas.
- Verificação de cumprimento dos acordos coletivos celebrados entre o Sinpro e os sindicatos patronais.
- Informações por telefone ou pessoalmente sobre normas da CLT e sobre acordos coletivos.
- Informações sobre o andamento dos processos e direitos trabalhistas.
- Cálculo para encaminhamento de processos.
- Recebimento de documentos necessários para abertura de processos trabalhistas individuais ou coletivos.
- Encaminhamento de processos após atendimento dos advogados.
- Recolhimento de demanda trabalhista para encaminhar a questão à comissão de conciliação prévia Sinpro/sindicatos patronais.

CPI do Fundef investiga desvio de recursos

Já está funcionando na Câmara dos Deputados a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades e de desvios de recursos na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A iniciativa da investigação é do deputado Wellington Dias (PT-PI) e do ex-deputado e atual prefeito de Goiânia, Pedro Wilson, também do PT.

A CPI do Fundef terá como alvos definidos as prefeituras e governos estaduais que desviam cerca de R\$ 2 bilhões por ano do fundo e o governo federal, que subestima o cálculo do valor mínimo por aluno/ano para diminuir a complementação às regiões mais necessitadas.

A fraude mais comum é o desvio de recursos para outros fins, como para construção de obras públicas, por exemplo. Um dos autores do pedido de CPI, o deputado

Wellington Dias (PT-PI), diz que a subcomissão especial criada pela Câmara, em 2001, para investigar as irregularidades do Fundef reuniu extensa documentação comprovando a existência de corrupção, desvio de recursos e outras ilegalidades em 19 estados. Foram identificadas fraudes em 359 municípios. Centenas de prefeitos foram alvo de ações judiciais ou investigações pelo Ministério Público. Muitos acabaram afastados por suspeita de desviar recursos. Outros, por pressão da comunidade, renunciaram ao cargo.

O Tribunal de Contas da União TCU analisou até agora 241 processos em que a gestão do Fundef apresenta algum tipo de questionamento. Na cidade de Araçás, na Bahia, as crianças continuavam a ser transportadas em carrocerias de caminhões, o que é proibido por lei, enquanto a prefeitura usou dinheiro do fundo para aquisição de um automóvel Vectra, no valor de R\$ 31 mil.

Outro alvo de investigação da CPI deve

ser o governo federal, acusado de desrespeitar a lei, ao não cumprir o valor mínimo por aluno/ano. A lei que criou o Fundef (9.424, de 1996) determina que "o valor mínimo anual por aluno será fixado por ato do presidente da República e nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas. "A distribuição dos recursos, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal dar-se-á, entre o governo estadual e os governos municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino".

A matemática é simples. No entanto, para não comprometer as metas do ajuste fiscal combinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo federal tem interpretado a lei como lhe convém. Calcula-se que o calote federal ao Fundef já atinja a fabulosa quantia de R\$ 11,1 bilhões, de 1998 para cá.

Este ano, por exemplo, o valor mínimo, em cumprimento à letra fria da lei, seria de R\$ 655,08 por aluno de 1ª à 4ª série do ensino fundamental e de R\$ 688,67 por aluno da 5ª à 8ª série do ensino fundamental e da educação especial.

Mas o governo estabeleceu valores inferiores: R\$ 418,00 por aluno de 1ª à 4ª série do ensino fundamental e R\$ 438,90 por aluno de 1ª à 4ª série do ensino fundamental e da educação especial. Com isso, apenas em 2002, deixará de repassar aos estados que não atingem o valor mínimo nacional R\$ 2,5 bilhões a título de complementação.

O calote é objeto de uma ação cível pública que o procurador federal Luiz Francisco de Souza está movendo contra o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. O ajuizamento da ação foi pedido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Racismo: ferida ainda aberta

Falar sobre o racismo é algo extremamente delicado e ao mesmo tempo doloroso. Delicado porque se trata de um assunto constrangedor e doloroso porque mexe numa ferida aberta há séculos.

A comunidade negra continua sendo vítima de relações racistas que descaracterizam sua identidade étnica, cultural e religiosa. Vítima de um período colonial agressivo que dizimou nações, tribos, culturas e povos, a população negra do país ainda convive com todo o tipo de preconceito e discriminação. Isso numa sociedade que se diz moderna, democrática e globalizada. Sem dúvida, modernizaram-se as formas discriminatórias e globalizou-se a exclusão. Infelizmente, a democracia no Brasil ainda é uma falácia.

Piadas estereotipadas como “negro parado é suspeito, correndo é ladrão”, ou expressões como “trabalho de preto”, fazem parte do repertório racista da sociedade brasileira, de tal forma que nem algumas autoridades governamentais escapam do uso consciente ou inconsciente destes termos.

A linguagem possui uma força dentro de determinado contexto sócio-cultural. Há

expressões que evocam e produzem coisas positivas. Há, porém, palavras que assumem uma dimensão contrária, criando feridas difíceis de serem curadas. Como diz Marilena Chauí “há coisas que não podem ser ditas, porque, se forem, não só trazem desgraças como desgraçam quem as pronunciar”.

Expressar “criolo petista” e “E é cheirosa, viu?” são configurações de um planeta que está violento. E traduzem o perfil de um mundo marcado pela escravidão em massa, e a comunidade negra é a maior vítima desse processo de violência desencadeado historicamente.

O aspecto discriminatório por meio da linguagem lembra a discriminação racial em outras esferas: educação, religião, política e economia. Como educar é um compromisso político-social que leva em consideração o ser humano em sua integridade, não poderia deixar de externar uma indignação ética ao ouvir qualquer ofensa ao povo negro. Calar diante dos problemas seria muita violência.

O Brasil possui muitas feridas que necessitam de cura profunda e o racismo é uma ferida ainda aberta. Para curá-la é preciso que cada um assuma seu papel, em especial os que carregam o peso da violência colonial (

ideologia e prática racistas) que precisam ser exorcizadas e sobretudo os negros, verdadeiros protagonistas da transformação. Devemos denunciar o racismo ao Ministério Público e à instituições que lutam pela promoção humana.

A mudança passa obrigatoriamente pela educação. E a educação na perspectiva do povo negro deve abranger não somente o espaço escolar, como também as ONGs, instituições públicas e privadas, partidos políticos, o executivo, legislativo e judiciário, em função de uma emancipação não só do aspecto étnico, como de todas as dimensões da vida humana, uma vez que o que está em jogo é a condição humana independente de gênero, raça, religião ou classe social.

Professor **Cristino Cesário Rocha**

Professor de Sociologia no Centro Educacional 123 – Samambaia e de Filosofia na Universidade Estadual de Goiás.

CERNEGRO – ONG coordenada por Lucimar Martins no Recanto das Emas – telefones: 333-8933 / 434-2130



Workshop sobre as temáticas africana e afro-brasileira

No próximo dia 27 de novembro, às 15h30, no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, será realizado workshop sobre a didática das temáticas africanas e afro-brasileiras nas escolas, com a professora Heloísa Pires, doutorando em Antropologia Social pela USP e escritora de livros infanto-juvenis.

O evento apresenta materiais desde a época medieval até a atualidade produzidos na Europa, África e América.

As 100 vagas disponíveis serão preenchidas preferencialmente por professores da rede de ensino público. As inscrições podem ser feitas pelos telefones 218-8017 ou 318-8288 até dia 25 de novembro, ou no Espaço Cultural, ao lado do Palácio do Congresso. Ao final do evento haverá certificado de participação.



Doença falciforme: diagnóstico precoce é fundamental

Você tem notado que seus olhos estão amarelos, tem sentido dores em várias partes do corpo, falta de apetite e muito cansaço? Cuidado! Você pode estar apresentando os sintomas que caracterizam a doença falciforme, uma das doenças hereditárias mais comuns no Brasil. Segundo a doutora Isa Lyra, estima-se que ocorrem de 700 a mil casos novos por ano.

Na doença Falciforme os glóbulos vermelhos do sangue (hemácias), diante de certas condições, alteram sua forma e se tornam parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. Afoiçados, as hemácias se agregam e dificultam a circulação do sangue nos pequenos vasos do corpo. Com a diminuição da circulação ocorrem lesões nos órgãos atingidos, causando dor, destruição dos glóbulos, icterícia (olhos amarelos) e anemia.

A doença afeta principalmente a popula-

ção negra. Aproximadamente uma criança afro-brasileira em cada 37.400 nascem com a doença falciforme. Cerca de um em cada oito afro-brasileiros tem o que é chamado de traço falcêmico. O portador do traço falcêmico não é considerado doente, mas pode passar o gene para sua prole.

O diagnóstico precoce é fundamental para o controle da doença, que não tem cura. O tratamento deve se basear na prevenção primária, com triagem do portador e aconselhamento genético, na prevenção secundária com triagem neonatal, educação familiar, profilaxia antibiótica e na prevenção terciária, com medidas terapêuticas para as complicações da doença.

Durante as crises a dor pode ser tão intensa que leva o paciente a ficar internado. Quando isso ocorre nos braços causa dor nos braços. Quando o bloqueio ocorre em

um órgão como o cérebro ou pulmão, pode levar a lesões graves nesses órgãos. Devido a presença de vasos sanguíneos em todas as partes do corpo as lesões podem acontecer em qualquer local.

Várias causas podem desencadear uma crise. As mais comuns são: infecção, febre, exposição a temperaturas muito baixas ou muito altas no ambiente, desidratação e estresse. Evitando-se sempre que possível estas situações a pessoa com doença falciforme pode reduzir o risco de afoiçamento de hemácias. Quando indicado pelo médico, toma-se penicilinas para evitar-se infecções a elas sensíveis. Toda criança portadora deve ser vacinada logo no início da vida contra Hemophilus influenzae, Pneumococos e Hepatite B, além das outras vacinas que todas as crianças tomam.

Existem outras maneiras que ajudam a

prevenir e tratar o afoiçamento e a dor, isto é, bebendo muito líquido (três litros de água por dia) e tomando acetaminofen logo que inicie a dor. Vale lembrar: sempre com acompanhamento médico.

Sempre que uma pessoa com doença falciforme apresentar descompensação do quadro, ela deve procurar auxílio médico de imediato. Uma das piores complicações é o acidente vascular cerebral que acomete 6% a 12% dos portadores da anemia falciforme.

Diante da multiplicidade de manifestações clínicas da doença e pela elevada ocorrência dessa patologia, a doutora Isa Lyra e muitos outros especialistas defendem a criação de uma política de saúde que envolva informação, formação e adequação dos serviços de saúde para o atendimento destes pacientes.



Carlos Drummond de Andrade

100 anos da maior poesia

Carlos Drummond de Andrade, mineiro de Itabira, nasceu no dia 31 de outubro de 1902. Formou-se farmacêutico, mas negou-se a exercer a profissão para “preservar a saúde dos outros”.

Um dos maiores poetas brasileiros de todos os tempos criou uma obra de incomensuráveis poesias, destilando seu amor pelas minas gerais e perscrutando até mesmo a sensualidade, “desbravando o corpo enquanto busca, na fluidez e sensualidade da linguagem, a própria nudez da alma”, conforme descreveu Afonso Romano de Sant’Anna.

Funcionário público e jornalista, Drummond dedicou-se à literatura por prazer, considerando-se escritor profissional apenas ao aposentar-se e ao ter as letras como sua

principal fonte de sustento.

Segundo ele, “fui muito criticado e ridicularizado quando jovem. O meu poema ‘No meio do caminho’, composto de dez versos, repete de propósito sete vezes as palavras ‘tinha’ e ‘pedra’, e seis vezes as palavras ‘meio’ e ‘caminho’. Isto foi julgado escandaloso: hoje (1987) o poema está traduzido em 17 línguas, e me diverti publicando um livro de 194 páginas contendo as descomposturas mais indignadas contra ele...”.

Esse era o humor de Drummond, que termina o prólogo de uma de suas antologias poéticas afirmando que “acho que a literatura, tal como as artes plásticas e a música, é uma das grandes consolações da vida, e um dos modos de elevação do ser humano sobre a precariedade da sua condição”.

No meio do caminho

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do
caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra.*

Carlos Drummond de Andrade



Livro debate o ensinar através dos jogos

“Do fascínio do jogo à alegria do aprender nas séries iniciais” é o título do livro que o professor Simão de Miranda está lançando.

O objetivo da publicação é discutir porque a prática pedagógica das séries iniciais adota a situação de jogos no planejamento das aulas e quais as vantagens de sua utilização.

Simão de Miranda é mestre em Educação pela Universidade de Brasília, graduado em Educação Artística pela Fundação Brasileira de Teatro e especialista em Didática do ensino Superior pela Universidade Católica de Brasília. Professor de ensino médio e superior, é autor de 14 livros.

Ação da Cidadania promove concurso

O Comitê DF - Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, há dez anos promovendo o Natal sem Fome, estará premiando com mil reais a melhor proposição institucional de combate à fome no Brasil. As melhores propostas serão encaminhadas ao governo de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

Os interessados devem expor a proposição em uma folha com no máximo 30 linhas digitadas em fonte 12, com a identificação do autor no cabeçalho. Os trabalhos podem ser entregues até o dia 30 de novembro. A taxa de inscrição é uma cesta básica. Mais informações com José Ivan Aquino pelos telefones 322-5775 / 9607-7858 / email: joseivanaquino@hotmail.com / O endereço do comitê é SDS (Conic) Edifício Eldorado – sala 612.

O Sindicato renovou, por mais seis meses, o contrato mantido com a Rede Bandeirantes, canal 4, para participar, ao vivo, do programa Brasília Urgente, todas as quartas-feiras, de 13h às 14h. Nosso tempo é de sete minutos.

O objetivo é ter um espaço na mídia para discussão dos problemas que afligem os professores em seu dia a dia, denúncia dos desmandos e descumprimentos dos acordos por parte do GDF, apresentação da real situação de abandono das escolas públicas, do desrespeito do governo para com a educação pública e seus profissionais e também para divulgação de eventos e atividades que o Sindicato promove.

O programa está disponível também para os professores e a comunidade escolar. Para participar, é só entrar em contato com a Secretaria de Imprensa do Sinpro pelo telefone 321-5678, até a terça-feira de cada semana, para agendar a participação.

Esta forma de contato imediato com a sociedade é muito importante, principalmente para nos contrapor às informações tendenciosas e muitas vezes prejudiciais aos interesses dos professores que o governo costuma disseminar dentro das escolas e na sociedade.

